

Unidade IV – Ética – Conceitos, Teorias E Reflexões

Informática e Sociedade

Em seu livro 'Ética e poder na sociedade da informação', Gilberto Dupas (2000)¹ declara: "Apesar de ter sido um período de excepcionais conquistas da ciência, o século XX não terminou bem". Mais adiante, complementa: "Juntas, ciência e técnica não param de surpreender e revolucionar. Mas, esta ciência vencedora é simultaneamente hegemônica e precária". Em sua análise, Dupas ressalta que as novas tecnologias ganharam tamanha autonomia a ponto de ignorar por completo as considerações de natureza ética ou social, se colocando acima da razão e da moral. Vale aqui também lembrar os ensinamentos de Postman², ao declarar: "quando aceitamos uma tecnologia nova, devemos fazê-la com os olhos bem abertos".

Vivemos numa sociedade dita "tecnopolizada", pautada nos princípios de objetividade, eficiência e precisão, na qual a mentalidade tecnológica conduz a uma "deificação" das novas tecnologias, colocando-as acima dos valores humanos, acima da razão e da moral. Como questiona Dupas, "uma vez que matamos os deuses, por que não acreditar nos magos da ciência que nos prometem a felicidade e a vida eterna"? No contexto deste "estado de coisas" faz-se urgente e oportuno discutirmos.

No início do século XXI são evidentes e graves os desafios a se enfrentar. É fato notório que a humanidade está diante de uma crise moral, pontuada pelas freqüentes manifestações de violência, egoísmo, desrespeito e indiferença com o próximo, alavancadas, muitas vezes, pela ambição desenfreada por status e poder. Muito do que hoje vivemos é reflexo de uma sociedade "tecnopolizada", sem uma base moral consistente e que promove a "deificação" da tecnologia. Nas palavras de Postman², "a tecnologia, como a vontade de Deus, é terrível e misteriosa". Desta forma, a nossa cultura, exposta aos encantamentos da tecnologia, procura sua autorização na tecnologia, encontra sua satisfação na tecnologia e dela recebe ordens. A tecnologia é, assim, um elemento central neste processo de transformações pelo qual passa a nossa sociedade. Precisamos estar atentos ao poder que ela é capaz de desencadear.

1 DUPAS, Gilberto. Ética e Poder na Sociedade da Informação. São Paulo:UNESP, 2000.

2 POSTMAN, Neil. Tecnopólio - A rendição da Cultura à Tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

Na verdade, é bom lembrar, o vetor tecnológico pode ter o rumo que a sociedade humana desejar, uma vez que a tecnologia é uma produção do livre-arbítrio do homem e de sua cultura, a qual resulta de seus valores e éticas. É necessário e urgente, assim, aprofundar a discussão em torno da questão ética, pois ela tem uma amplitude universal, uma vez que suas implicações se refletem em todos os setores da atividade humana. As decisões relacionadas ao certo e ao errado, o permitido e o proibido, o bem e o mal, são (ou deveriam ser) motivos de preocupação não apenas de políticos, economistas, legistas, cientistas, religiosos e educadores, mas também de todos os que se ocupam de atividades relacionadas ao ser humano.

É, de fato, perceptível uma certa inquietação em torno deste tema. E em vários segmentos sociais registram-se iniciativas de discussões envolvendo questões polêmicas relacionadas à ética política, à ética científica, à ética empresarial, à ética profissional, à ética ambiental, dentre outras. Este fato parece evidenciar uma sociedade preocupada e à procura de boas práticas e procedimentos capazes de nortear as ações humanas e o comportamento social, promovendo, além do bom convívio, a sobrevivência das gerações futuras. Neste contexto, faz-se oportuno aprofundar a discussão em torno da ética, revendo os conceitos, definições e teorias, além de provocar algumas reflexões sobre as suas implicações no âmbito pessoal, profissional e científico.

O Dicionário Aurélio³ define ética como sendo o “estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.” Tradicionalmente, a ética é vista como uma disciplina filosófica, que tem como objeto de estudo os julgamentos de valor e sua relação com a distinção entre o bem e o mal. A área da ética que lida com essa questão mais diretamente chama-se ética normativa. Esta ocupa-se, especificamente, de responder aos dois questionamentos: 1) O que é agir de uma forma moralmente acertada? 2) O que torna boa ou valiosa a vida de uma pessoa? Ao tentar responder a essas perguntas, a ética normativa acaba por remeter a algumas teorias filosóficas, que remontam à Antigüidade, à época de Aristóteles.

Além de Aristóteles, vários outros pensadores e filósofos (Sócrates,

3 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Aristóteles, Platão, Kant, Nietzsche etc), em diferentes épocas, trataram de abordar esta temática, tendo contribuído, cada um a seu modo, para o entendimento da ética. Desta forma, a ética, enquanto disciplina e ciência, apresenta uma extensa classificação, dividindo-se em várias categorias (ética empírica, ética absoluta, ética relativa, ética de valores, ética formal, etc) que não cabe aqui expor ou discutir, uma vez que não é o propósito desta unidade.

Mais recentemente, há algumas décadas, surgiu a ética aplicada, como resultado da evolução da ética normativa. Nesta área, numa abordagem mais pragmática, a discussão gira em torno daquilo que é obrigatório ou permissível se fazer considerando-se problemas morais concretos que dividem a opinião da sociedade. Discussões como, por exemplo, a aplicação da pena de morte, em que situações o aborto é permitido, o uso de animais e embriões humanos em experiências científicas, são algumas questões tratadas na ética aplicada. Algumas dessas questões estão relacionadas à Bioética, que constitui uma das mais importantes áreas que a ética aplicada se ocupa no momento.

Em pesquisa recentemente realizada, Alencastro (2007)⁴ desenvolveu um estudo sobre os conceitos e a etimologia da palavra ética. Deste estudo, onde ficou claro que a palavra é de natureza polissêmica, isto é, possui distintos significados, ele reuniu uma série de definições e origens da palavra ética, algumas aqui citadas:

- Ciência da conduta (definição de Abbagnano, em Dicionário da Filosofia);
- O que diz respeito aos costumes (definição de Japiassu, em Dicionário da Filosofia);
- Deriva das palavras gregas:
 - *éthos* - de pronúncia mais aberta, significando costumes;
 - *êthos* - de pronúncia mais fechada, significando caráter, maneira de ser, temperamento, neste caso referenciando-se às características individuais que determinam quais as virtudes e quais os vícios uma pessoa é capaz de praticar;

Em sua pesquisa, Alencastro observa o duplo caráter que a ética

4 ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. A Ética de Hans Jonas: Alcances e limites sob uma perspectiva pluralista. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

apresenta enquanto disciplina. De um lado, como ciência dos costumes, seguindo uma vertente mais voltada para os hábitos que levam à boa convivência em sociedade. De outro lado, é a ciência do êthos, estando relacionada ao comportamento humano.

1. ÉTICA x MORAL

Alencastro(2007), em sua pesquisa, constata o fato de que na linguagem corrente os termos "moral" e "ética" são utilizados indistintamente, como sinônimos. Assim, pensa-se na ética apenas como um conjunto de normas a serem observadas e aplicadas na vida pessoal e social. Tughendat (autor citado por ele) diferencia estes termos ao conceber a ética como uma "reflexão filosófica sobre a moral".

Senge⁵ (1994) define a ética como um conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam as ações de um grupo em particular (moralidade), ou, ainda, é o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir (filosofia moral). Já Nalini (2001)⁶, que define a ética como sendo a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, lembra que a palavra moral tem origem no latim (*mores*), significando costumes. Aí, mais uma vez, a estreita ligação entre ética e moral.

GLOSSÁRIO

MORAL: O termo moral é derivado do latim *mores*, que significa relativo aos costumes. A moralidade pode ser definida como a aquisição do modo de ser conseguido pela apropriação ou por níveis de apropriação, onde se encontram o caráter, os sentimentos e os costumes. Alguns dicionários definem moral como "conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, éticas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupos ou pessoa determinada" (Aurélio Buarque de Holanda), ou seja, regras estabelecidas e aceitas pelas comunidades humanas durante determinados períodos de tempo. Portanto, o termo moral significa tudo o que se submete a todo valor onde devem predominar na conduta do ser humano as tendências mais convenientes ao desenvolvimento da vida individual e social, cujas aptidões constituem o chamado sentido moral dos indivíduos.

FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moral> EM: 01/02/2008.

5 SENGE, Peter. Ética. Oxford: OUP, 1994.

6 NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GLOSSÁRIO

ÉTICA: A *ética* pode ser interpretada como um termo genérico que designa aquilo que é freqüentemente descrito como a "ciência da moralidade", seu significado derivado do grego, quer dizer 'Morada da Alma', isto é, suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto. Em Filosofia, o comportamento ético é aquele que é considerado bom, e, sobre a bondade, os antigos diziam que: *o que é bom para a leoa, não pode ser bom à gazela. E, o que é bom à gazela, fatalmente não será bom à leoa*. Este é um dilema ético típico. Desta forma, o objetivo de uma teoria da ética é determinar o que é bom, tanto para o indivíduo como para a sociedade como um todo. O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: "Como devo agir perante os outros?". Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética. Enfim, a ética é julgamento do caráter moral de uma determinada pessoa. FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica> EM: 01/02/2008.

Para Goldim (2005)⁷, professor de Bioética, a moral é um conjunto de regras que um grupo social estabelece para poder conviver de forma previsível, por meio de preceitos pré-estabelecidos. Como ele afirma, "Moral é a noção do que eu devo fazer e de como eu devo fazer. A ética trabalha com o oposto, disso, porque faz questionamentos a estas regras, é a argumentação da ação que se está praticando". Além disso, as questões morais mudam conforme o tempo e o local, ressalta. Já a discussão da noção de ética gira em torno daquilo que representa o bem para a pessoa e para a humanidade. Esta noção se mantém com o tempo, mudando apenas as maneiras de se questionar. No caso específico da tecnologia, por exemplo, lembra o professor que o seu uso introduz novas questões morais, mas do ponto de vista ético permanece o mesmo raciocínio e reflexão.

Desta forma, é possível reafirmar o 'relativismo ético', também observado por Alencastro (2007), segundo o qual não há princípios morais universalmente válidos, pois eles são restritos a uma determinada cultura e mudam com o tempo. Na verdade, na visão ética, não há distinção absoluta entre o bem e o mal, pois estes conceitos devem ser analisados no contexto de uma cultura, tradições e crenças presentes em uma sociedade ou comunidade.

De todo modo, se faz útil e necessário que se esclareça o que constitui o certo ou errado, bom ou mau, de modo a servir como referência para aqueles que, em determinada situação ou circunstância, solicitarem orientação. É bom

⁷ GOLDIM, José Roberto. Computação Brasil . Revista da Sociedade Brasileira de Computação. Porto Alegre, 2005.

que fique claro que não se pode obrigar uma pessoa a agir conforme a ética. Pode-se, sim, deixar bem explícito aquilo que está dentro da conduta ética e aquilo que não está, cabendo a cada pessoa escolher o caminho a trilhar.

Como lembra Alencastro (2007), quer seja feita uma leitura social ou psicológica da ética, analisando como as normas são interiorizadas e coletivamente aceitas numa sociedade, fica claro que a ética está envolvida com indagações sobre o que é bom, justo e certo - questões de caráter orientador e normativo para as ações humanas. A ética é, então, o terreno sobre o qual se desenvolvem todas as argumentações de caráter moral (e espiritual) que acompanham a evolução das sociedades. Decorre, portanto, sua importância como base para as mais diversas formulações – legais, políticas, religiosas – que permeiam a prática social.

2. IMPLICAÇÕES DO AGIR ÉTICO

Na visão de Lopes de Sá (2000)⁸, a ética é um estado de espírito quase hereditário e vem da formação e do meio social no qual a criança teve sua personalidade moldada, o que popularmente se denomina “berço”; a moral, por sua vez, é adquirida por meio da educação formal e da experiência de vida. Assim é que a crise ética tem origem no âmbito pessoal, repercute de forma direta no nível profissional, causando danos também no ambiente corporativo. Deste modo, urge que se trabalhe as virtudes elementares das várias categorias de profissionais, pois sem elas é impossível a realização de um exercício ético e profissional, em qualquer que seja a área ou natureza do serviço prestado.

Segundo Passos (2000)⁹, pesquisas recentes apontam que o comportamento ético ainda é o melhor caminho; que a integridade é uma fonte de sucesso para as empresas, que ganharão a confiança dos clientes e o comprometimento dos funcionários.

A conduta ética perpassa alguns níveis ou escalas de implicação. Deste modo, pode-se afirmar que a formação ética tem início no âmbito pessoal, do indivíduo, mas suas implicações repercutem no nível profissional, refletindo em sua atuação numa carreira específica, o qual, por sua vez, tem influência

8 LOPES DE SÁ, Antonio. A Ética Necessária. Minas Gerais: Una, 2000.

9 PASSOS, Elizete Silva. Ética nas Organizações: uma introdução. Salvador: Passos & Passos, 2000.

imediatamente sobre a ética empresarial (nos negócios), num processo cumulativo. Vejamos cada um desses níveis ou dimensões:

- Individual – associada ao caráter do indivíduo, a ética é algo que se forma pelo convívio, ocorrendo, desde a infância, tendo a presença da família como responsável por “plantar” os valores morais que, certamente, estarão presentes na vida adulta. Na conduta ética, a virtude é condição base, estando esta relacionada a valores como: prudência, justiça, fortaleza e temperança. Atrelados à virtude, existem vícios que representam ações contrárias à mesma: orgulho, avareza, a gula, a luxúria, a inveja, a preguiça e a ira.
- Profissional - a ética profissional resulta em um conjunto de normas que devem levar o indivíduo à aquisição de hábitos e à formação de caráter, incluindo os direitos e deveres que cada profissional deve possuir para o exercício de sua profissão.
- Empresarial – o resultado da atuação de profissionais sem conduta ética acaba por repercutir na empresa, envolvendo-a em “embrólios” que afetam a sua imagem, interna ou externa. A busca de lucro fácil, sem critérios, a falta de respeito ao meio ambiente, ao ser humano e às gerações futuras, são sintomas típicos de empresas que adotam condutas “anti-éticas”.

Há ainda a questão relacionada às implicações da ética na ciência. Para o doutor Goldim (2005), o aspecto mais importante a ser analisado é a relevância, ou seja, a quem interessa aquela produção de conhecimento que está sendo desenvolvida e com que finalidade esse conhecimento será utilizado. Para o pesquisador, o saber pode ser apropriado ou democratizado, servindo para o bem geral ou para um fim particular. Assim é que muitos se perguntam se a espécie humana e a própria vida não estariam ameaçadas por uma crescente ingerência da ciência e da tecnologia sobre a sociedade.

“Só porque determinado conhecimento vai facilitar o trabalho não quer dizer que seja isento de algum malefício”. Goldim(2005).

Os avanços da Ciência nos conduzem a uma brutal amplificação dos

poderes do homem e é preciso estarmos atentos, para não cairmos no “vazio ético”, uma vez que as referências tradicionais e os fundamentos religiosos, metafísicos e espirituais tendem a desaparecer na civilização tecnológica. Questões sobre o prolongamento da vida, a clonagem de seres humanos, a utilização de células-tronco em pesquisas, essas e outras, tendem a tomar parte no cenário das discussões para os próximos anos. Cabe a nós, cidadãos sobreviventes desta “modernidade tecnológica”, assumirmos a responsabilidade de discutir, refletir e tomar parte nesse processo. Afinal, é um direito que assiste à espécie humana decidir sobre os rumos da ciência, buscando condições de se organizar em função dos interesses daquilo que, no seu entendimento, trará benefícios para a grande maioria dos seus cidadãos.

3. ÉTICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A nossa sociedade está completamente imersa e cada vez mais dependente de tecnologias como computadores e redes. Estes são os elementos base do atual paradigma tecnológico e que asseguram a conectividade máxima. Em contrapartida, estamos cada vez mais expostos e vulneráveis aos problemas decorrentes do uso dessa tecnologia, de modo que precisamos lidar com uma série de questões que vão desde situações pontuais e isoladas como estresse no ambiente de trabalho, o vício por jogos de computador, a pedofilia, até situações mais abrangentes, tais como: pirataria, crimes digitais, propriedade intelectual, invasão de privacidade e a censura nos meios de comunicação. Faz-se urgente, assim, uma análise e reflexão criteriosa sobre cada uma destas questões, como forma de se compreender os seus impactos e conseqüências sobre a sociedade. Para isso, torna-se necessário conduzirmos a discussão no campo da ética, explorando os conceitos, princípios e motivações que permeiam o agir ético.

Alencastro (2003) nos lembra que a tecnologia está cada vez mais desvinculada de preocupações de natureza moral e espiritual (axiológica), pois seu propósito maior é quase que exclusivamente voltado à criação de valor econômico. Paradoxalmente, porém, suas conseqüências, muitas vezes imprevisíveis e até perigosas para o ser humano, têm provocado o interesse crescente e ilimitado pela ética e pelos preceitos morais. Dupas (2000) corrobora com esta constatação, ao declarar que “os desenvolvimentos científicos requerem fundamentações filosóficas para evitar que se tornem

perversos”.

Pierre Lévy (1993) ressalta que “na época atual a técnica é uma das dimensões onde está em jogo a transformação do mundo por ele mesmo” e que discuti-la “é um dos mais importantes temas filosóficos e políticos do nosso tempo”.

4. ÉTICA PROFISSIONAL

Retornando à discussão no contexto da ética profissional, espera-se que os profissionais, de uma maneira geral, assumam uma postura ética perante as organizações, não se deixando manipular por atitudes inescrupulosas que venham, mais tarde, prejudicar sua carreira profissional. Neste caso, a educação do caráter do sujeito moral deve dominar impulsos e desejos, orientando-o em direção ao bem, à justiça e à verdade.

No caso específico do profissional de computação, é esperado que este deva apresentar um comportamento ético invejável e que seja íntegro em suas relações com os colegas, usuários, clientes e superiores, contribuindo, de forma positiva, com a imagem da classe.

Os problemas decorrentes do uso da TI na sociedade se acumulam e se agravam gradativamente: vírus, invasão de privacidade, crimes digitais (roubos de dados, invasões de sites), são alguns deles, além das sérias e conhecidas implicações sociais (desemprego, stress no trabalho, exclusão social).

Pode-se afirmar que o profissional de computação tem, por assim dizer, “a faca e o queijo nas mãos”, pois lidam, em seu dia-a-dia, com dados, equipamentos, informações e procedimentos que exigem muita confidencialidade. Este profissional é, muitas vezes, o guardião de volumosas bases de dados, algoritmos e informações sigilosas, senhas secretas, equipamentos e dispositivos que exigem procedimentos e condutas de segurança. É, portanto, uma função de extrema responsabilidade, que exige do profissional, além de atenção e cuidado redobrados, uma postura ética incontestável.

Está em elaboração pela SBC (Sociedade Brasileira de Computação) o código de conduta profissional da área de computação. No Brasil, utiliza-se como referência da área o Código de Ética Profissional da ACM (*Association for*

Computing Machinery). Ele é um bom balizador para se esclarecer o que o grupo espera do seu comportamento, ou seja, o que é considerado atitude correta em determinada situação ou momento.

Para o professor Edson Pavão (2005), especialista em direito eletrônico e diretor de negócios da AOL Brasil, se um estudante não se preocupa com a questão da conduta ética e profissional, estará mais propenso ao insucesso na carreira. Na opinião dele, a grande maioria dos alunos reconhece a importância de se estudar e debater o tema, mas há sim, os casos isolados, daqueles que acreditam que o que vale é ganhar dinheiro e enriquecer o mais rápido possível. O professor Paulo César Masiero (2005), da USP, conselheiro da SBC e autor do livro *Ética em Computação*, em entrevista recente ao jornal da SBC, ressalta a importância de se alertar os estudantes, já no início do curso, sobre o que é ou não é comportamento adequado ao profissional e estudante da área. Para Nalini (2001), ética pode, sim, ser ensinada e aprendida.

Desde 2004, várias instituições de ensino solicitaram à SBC (Sociedade Brasileira de Computação) uma sugestão de juramento para ser utilizado nas cerimônias de colação de grau dos profissionais da área de Computação. Por meio do seu portal, a SBC (www.sbc.org.br) está divulgando o juramento sugerido:

Prometo, que no exercício profissional como bacharel em Ciência da Computação, serei fiel aos preceitos da honra e da ciência, promovendo o uso e o desenvolvimento da Informática em benefício do cidadão e da sociedade.

Enquanto a SBC não conclui a elaboração de um código brasileiro que irá nortear as atitudes e comportamentos de profissionais da área de computação, poderemos tomar como base o código de conduta profissional da ACM (Association of Computers and Machinery), elaborado conjuntamente com o IEEE (Institute of Electrical and Electronic Engineers), voltado especificamente para profissionais de computação. Na tela seguinte segue a descrição deste código.

5. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL DA ACM

O código de ética da Associação Americana de Computação (ACM) envolve questões que evidenciam alguns tipos de ações que devem (e outras que não devem) ser tomadas por todos os integrantes da ACM, assim como por todas as pessoas que trabalham na área da computação. Este código identifica várias questões que os profissionais podem enfrentar, e prevê pautas para lidar com as mesmas. A seção 1 apresenta considerações éticas fundamentais que são o princípio básico de uma "pessoa da computação" e seu papel para promover o bem-estar social através de sua área de atuação. A seção 2 apresenta considerações adicionais de conduta profissional que na verdade são dicas para que cada profissional da área da Computação possa desenvolver atitudes saudáveis que certamente ajudaram a promover o seu sucesso profissional. As afirmações na seção 3 dizem respeito mais especificamente para indivíduos que possuem um papel de liderança, seja em estabelecimentos comerciais ou em organizações profissionais como, por exemplo, a ACM. Pautas encorajadoras de acordo com este código são dadas na seção 4.

1 - CONSIDERAÇÕES ÉTICAS FUNDAMENTAIS

Como um membro da ACM eu devo:

1.1- Contribuir para a sociedade e bem-estar do ser humano.

O maior valor da computação é o seu potencial de melhorar o bem-estar do indivíduo e da sociedade como um todo. Assim, profissionais da computação devem estar comprometidos a desenvolver, expandir e usar a sua ciência para o benefício da humanidade, minimizando as conseqüências negativas dos sistemas de computação, incluindo ameaças à saúde e segurança. Um profissional da computação que projeta e desenvolve sistemas deve estar alerta e alertar os outros para qualquer dano ao ambiente local ou global.

1.2- Evitar de prejudicar outros.

Este princípio proíbe o uso da tecnologia se esta resultar em dano a: usuários, estado, empregados, empregadores. Ações nocivas incluem destruição ou modificação intencional de arquivos e programas que conduzam a séria perda de recursos ou gasto desnecessário de recursos humanos como o tempo e esforço requeridos para eliminar "vírus" de sistemas. Para minimizar

a possibilidade de prejudicar outros indiretamente, os profissionais da computação devem minimizar problemas operacionais usando padrões para projetar e testar sistemas.

1.3- Ser honesto e digno de confiança.

O profissional honesto não deve fazer declarações falsas ou queixas depreciativas sobre um sistema ou projeto de sistema. Um profissional da computação deve ser honesto a respeito de suas próprias qualificações e sobre quaisquer circunstâncias que possam levar a conflitos de interesses.

1.4- Ser imparcial e realizar ações sem discriminação.

Os valores de igualdade, tolerância, respeito pelos outros, e os princípios de justiça igualitária governam este item. Discriminações na base de qualquer característica social como raça, sexo, religião, idade, invalidez ou origem é uma explícita violação da constituição da ACM e não será tolerada. Em uma sociedade justa, todos os indivíduos devem ter igualdade de oportunidades e de benefícios do uso de recursos computacionais, a despeito de suas características.

1.5- Honrar direitos de propriedade incluindo copyrights e patentes.

Violação de copyrights, patentes, acordos de licenciamento é proibida por lei na maioria das circunstâncias. Mesmo não havendo proteção, estas violações são contrárias ao comportamento profissional.

1.6- Conceder créditos apropriados para propriedades intelectuais.

Profissionais da computação são obrigados a proteger a integridade da propriedade intelectual. Especificamente, não é permitido usar idéias de outros ou obter créditos por trabalho de outros, mesmo em casos onde o trabalho não está explicitamente protegido por qualquer meio, incluindo copyright e patente.

1.7- Acessar recursos computacionais e de comunicação somente quando autorizado.

Indivíduos e organizações têm o direito de restringir o acesso aos seus sistemas, desde que não viole o item 1.4. Ninguém deve entrar ou usar sistemas, softwares ou arquivos de outros sem permissão. Sempre deve ser obtida a aprovação antes de usar recursos, incluindo canais de comunicação,

arquivos, periféricos e tempo de máquina.

1.8- Respeitar a privacidade de outros.

É responsabilidade dos profissionais manter a privacidade e integridade de dados de indivíduos. Isto inclui tomar precauções para assegurar a precisão dos dados, como também protegê-los de acesso accidental a indivíduos não autorizados. Devem ser planejados procedimentos para permitir aos indivíduos rever seus registros e corrigir imprecisões. Este imperativo implica que somente a quantidade necessária de informações pessoais deve ser armazenada em um sistema, que o período de retenção e eliminação para estas informações devem ser claramente definidas e cumpridas e que informações pessoais obtidas para um propósito específico não podem ser usada para outros fins sem o consentimento do indivíduo.

1.9- Honrar a confidencialidade.

O princípio da honestidade se estende a questões de confidencialidade de informações sempre que alguém faz uma promessa explícita de honrar a confidencialidade ou, implicitamente, quando informações privadas não diretamente relacionadas às obrigações de alguém se tornam disponíveis.

2 - CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS DE CONDUTA PROFISSIONAL

Como um profissional de computação pertencente à ACM eu devo:

2.1- Esforçar-me para concluir com a mais alta qualidade todos os processos e produtos do trabalho profissional.

O profissional da computação deve se esforçar para alcançar qualidade e conhecer as sérias conseqüências negativas que podem resultar de um sistema de baixa qualidade.

2.2- Adquirir e manter competência profissional.

Um profissional deve participar na determinação de padrões para níveis apropriados de competência, e se esforçar para atingir estes padrões. A aquisição de conhecimentos técnicos e competência pode ser feita de várias maneiras: através do estudo independente; participando de seminários, conferências ou cursos; e se envolver em organizações profissionais.

2.3- Conhecer e respeitar leis existentes ligadas ao trabalho

profissional

Membros da ACM devem obedecer leis locais, estaduais, nacionais e internacionais, a menos que exista uma base ética para não fazê-lo. Políticas e procedimentos de organizações onde o membro têm participação também devem ser obedecidas. Se alguém decidir violar uma lei ou regra porque esta é vista como anti-ética, ou por qualquer outra razão, ele deve aceitar na totalidade a responsabilidade e conseqüências desta ação.

2.4- Aceitar e providenciar reciclagem profissional adequada.

A qualidade do trabalho profissional, especialmente na área da computação depende da revisão e crítica profissional. Sempre que apropriado, membros devem revisar o seu trabalho assim como o trabalho de outros.

2.5- Conceder estimativa compreensiva e cuidadosa de sistemas computacionais e seus

impactos, com especial ênfase nos possíveis riscos.

Profissionais da computação estão em uma posição de confiança especial, e assim têm responsabilidade especial em prover resultados objetivos e confiáveis para empregadores, clientes, usuários e público. Quando fornecendo resultados, o profissional deve também identificar qualquer conflito de interesse relevante, como colocado no item 1.3.

2.6- Honrar contratos e responsabilidades especificadas.

Para um profissional da computação, isso inclui assegurar que os elementos do sistema funcionam como o pretendido. Também, quando contratando para trabalho outra parte, ele tem a obrigação de manter essa parte devidamente informada sobre o andamento do trabalho. O principal ponto aqui é a obrigação de aceitar responsabilidade pessoal pelo trabalho profissional. Em algumas ocasiões outros princípios éticos podem ter maior prioridade.

2.7- Aperfeiçoar o entendimento público de computação e suas conseqüências.

Profissionais da computação têm a responsabilidade de repartir conhecimento técnico com o público através do encorajamento ao entendimento da computação, incluindo os impactos de sistemas e suas limitações. Este imperativo implica na obrigação de contrariar qualquer visão falsa relacionada

à computação.

3 -CONSIDERAÇÕES RELATIVAS À LIDERANÇA

Como um membro da ACM e um líder organizacional, eu devo:

3.1-Articular responsabilidades sociais de membros de uma unidade organizacional e encorajar aceitação plena destas responsabilidades.

Procedimentos organizacionais e atitudes orientadas no sentido de melhorar a qualidade e o bem-estar da sociedade reduzirá malefícios ao público, dessa forma servindo a interesses públicos e preenchendo responsabilidade social. Assim, líderes organizacionais devem encorajar participação total em encontrar responsabilidades sociais assim como qualidade de desempenho.

3.2-Gerenciar pessoas e recursos para planejar e construir sistemas de informação que aumente a qualidade da vida profissional.

Quando implementando um sistema computacional, as organizações devem levar em consideração o desenvolvimento pessoal e profissional, segurança física e dignidade humana de todos os empregados. Padrões ergonômicos apropriados devem ser considerados no projeto do sistema e no local de trabalho.

3.3- Ter conhecimento e dar suporte apropriado e uso autorizado de uma organização computacional e recursos de comunicação.

Como sistema de computação podem se tomar tanto instrumentos nocivos como de benefícios em uma organização, a liderança tem a responsabilidade de definir claramente os usos apropriados e inapropriados de recursos computacionais.

3.4- Garantir que usuários e outros que passam a ser afetados por um sistema tenham suas necessidades claramente articuladas durante a tributação e planejamento de requisitos, depois o sistema precisará ser validado para satisfazer os requisitos.

Usuários normais do sistema, usuários potenciais e outras pessoas cujas vidas podem sofrer o impacto de um sistema devem ter suas necessidades avaliadas e incorporadas como requerimentos. A validação de um sistema deve assegurar cumprimento desses requerimentos.

3.5-Articular e dar suporte a mecanismos de proteção à dignidade de

usuários e outros afetados por um sistema computacional.

Projetar ou desenvolver sistemas que deliberadamente ou inadvertidamente degradam indivíduos ou grupos é eticamente inaceitável. Profissionais que estão em posição de tomar decisões devem verificar que sistemas são projetados e implementados para proteger a privacidade pessoal e aumentar a dignidade pessoal.

3.6-Criar oportunidades para membros da organização aprender os princípios e limitações de sistemas de computadores.

Oportunidades educacionais são essenciais para facilitar a participação de todos os membros da organização. Oportunidades devem ser disponíveis para todos os membros para auxiliá-los a melhorar seus conhecimentos e habilidades em computação, incluindo cursos que familiarizam os membros com as consequências e limitações de tipos particulares de sistemas.

4 - CONCORDÂNCIA COM O CÓDIGO

Como um membro da ACM, eu devo:

4.1- Apoiar e promover os princípios deste código.

O futuro da computação profissional depende tanto da excelência técnica quanto ética. É importante para o indivíduo que trabalha na computação aderir a esses princípios éticos e encorajar ativamente outros a fazê-lo.

4.2- Comprometer-se a realizar ações apropriadas se o código for violado.

Ao suspeitar que há uma violação a este código, deve-se começar colhendo evidências para determinar se a suspeita pode ser provada. Se afirmativo, de que grau de severidade foi a violação? O indivíduo pode desejar consultar outros membros da ACM nessa investigação. Se for concluído que realmente houve uma violação, é justo e conveniente trazer essa questão à atenção do violador. Se o problema não puder ser resolvido de outra forma, ele deve se submeter ao acordado pelas políticas e procedimentos da ACM.

4.3- Tratar violações deste código como incoerentes com a condição de membros da ACM.

A aderência de profissionais a um código de ética é uma questão voluntária. Se um membro não aceitar ou não seguir este código, isso deve

ser entendido que a vinculação à ACM deve ser terminada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. *Aspectos do pensamento ético face à modernidade tecnológica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. *A Ética de Hans Jonas: Alcances e limites sob uma perspectiva pluralista*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DUPAS, Gilberto. *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. São Paulo:UNESP, 2000.

DUPAS, Gilberto. *Ética e Poder na Sociedade da Informação; revendo o mito do progresso*. Revista Brasileira de Educação. Anais do ANPEd, 2001.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro, 1993.

LOPES DE SÁ, Antonio. *A Ética Necessária*. Minas Gerais: Una, 2000

GOLDIM, José Roberto. *Computação Brasil . Revista da Sociedade Brasileira de Computação. Porto Alegre, 2005.*

MASIEIRO, Paulo César. *Computação Brasil . Revista da Sociedade Brasileira de Computação. Porto Alegre, 2005.*

NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001

PASSOS, Elizete Silva. *Ética nas Organizações: Uma introdução*. Salvador: Passos & Passos, 2000.

PAVÃO, Edson Costamilan. *Computação Brasil . Revista da Sociedade Brasileira de Computação. Porto Alegre, 2005.*

SENGE, Peter. *Ética*. Oxford: OUP, 1994.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia* – São Paulo: Nobel, 1994.